

A MISOGINIA NA IDADE MÉDIA: BRUXARIA, ALGUNS ASPECTOS RELIGIOSOS E SOCIAIS

Pedro Prado Custódio¹

Resumo: O presente trabalho pretende mostrar, por um lado, a misoginia medieval a partir de algumas deturpações do pensamento judaico-cristão perpetradas pela Igreja Católica, bem como suas consequências sociais para as mulheres daquele período. Por outro lado, será mostrado que, em determinadas circunstâncias, não obstante a misoginia predominante, as mulheres tiveram alguns direitos reconhecidos e respeitados, chegando mesmo a ocupar posições de destaque, com notável autonomia. Isso revela uma complexa dinâmica social imbricada com aspectos do imaginário.

Palavras-chave: Misoginia; Idade Média; Cristianismo; Sociedade; Imaginário

THE MISOGYNY IN THE MIDDLE AGES: WITCHCRAFT, SOME RELIGIOUS AND SOCIAL ASPECTS

Abstract: This paper intends to show, in one hand, the medieval misogyny based in some distortions of the Judeo-Christian thought which were perpetrated by the Catholic Church, as well as their social consequences for the women of that period. On the other hand, it will be shown that women had some rights recognized and respected under certain circumstances, and could even occupy prominent positions with remarkable autonomy, notwithstanding the prevailing misogyny. This reveals a complex social dynamic intertwined with aspects of the imaginary.

Keywords: Misogyny; Middle Ages; Christianity; Society; Imaginary

Relações de gênero na Idade Média e História das Mentalidades

Em sua análise histórica romântica típica do século XIX, Michelet afirmou, repetindo alguém do tempo de Luís XIII, que para cada feiticeiro havia muitas feiticeiras. Embora saibamos que o auge da Inquisição foi a Idade Moderna e que a “caça às bruxas” também atingiu grande violência nos países protestantes, é inegável que a posição da mulher na sociedade medieval estava ligada a uma visão distorcida pela teologia, responsável pela criação de um imaginário negativo, segundo o qual a mulher teria inúmeras fraquezas físicas, morais e espirituais, sendo responsável pela perda do gênero humano desde o princípio e contribuindo para perpetuar o mal na sociedade. O *Malleus Maleficarum* deixa claro que o diabo utilizaria as mulheres para atingir seu escopo. Assim, ele teria permissão de Deus para perder almas por meio do controle do corpo através da sexualidade, aspecto mais vulnerável do ser humano e no qual mulheres eram especialmente fracas e suscetíveis. Satã aparece como senhor do prazer.

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor de História do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP). E-mail: pedro.custodio@unasp.edu.br

Com base na História da Mentalidades, é possível afirmar que o imaginário negativo em torno da mulher é muito antigo e atingiu características próprias no período medieval, quando então as duras condições de vida material misturaram-se às maquinações ideológicas da Igreja Católica para originar uma figura feminina ambígua e virulenta. As ideias misóginas forjaram uma sociedade eminentemente masculina, na qual a mulher limitava-se a ser esposa e mãe, sendo, via de regra, praticamente impossível sua inserção na feudalidade. Em caso de herdar obrigações vassálicas, seria necessário um tutor (marido, filho maior ou parente próximo masculino) para assumi-las.

Dentro da proposta da Nova História, as relações de gênero ocupam um papel importante como ponto de partida para uma pesquisa do cotidiano, das relações sociais, das superstições, enfim, do imaginário daquela comunidade onde tais relações se desenvolveram. Isso representa, para um historiador das mentalidades, um imenso manancial de pesquisa e um fascinante desafio que o leva a recorrer à interdisciplinaridade e a novas abordagens metodológicas. Pode-se afirmar, unindo a influência das mentalidades nas transformações da realidade ao conceito da história como um processo de longa duração, que elementos do imaginário, quer individual, quer coletivo, sobrevivem às mudanças econômicas, políticas e sociais (mudanças essas que, em parte, o próprio imaginário das pessoas tenha ajudado a operar), permanecendo latentes e reaparecendo em condições favoráveis, ao longo do tempo, ainda que modificados pelo contexto de sua reaparição.

O interesse pelo estudo das atitudes mentais durante a Idade Média representa uma busca retrospectiva da identidade do homem ocidental, cuja profundidade a análise puramente econômica e mesmo social (o social aqui entendido, segundo o modelo marxista, como sendo determinado pelas causas econômicas e pelas relações de poder oriundas do controle ou submissão às forças produtivas) não consegue apreender.

Na Idade Média, especialmente, a existência de códigos e hierarquias rigidamente estabelecidos, quer pela Igreja, quer pelo poder temporal, regulamentando com detalhes o papel de cada indivíduo, determinou a existência de silêncios e recalamentos que funcionaram como frutíferos desencadeadores de manifestações do imaginário.

Como o período medieval possui uma satisfatória documentação, torna-se muito proveitoso partir de uma análise documental e tentar captar nas entrelinhas esses silêncios e recalamentos que nos podem falar muito mais do que os documentos podem aparentemente fazê-lo. Utilizando-se o conceito de inconsciente coletivo da psicologia analítica, é possível concluir que pode haver uma base arquetípica nas manifestações do imaginário, responsável pela passagem do inconsciente para o consciente, de certos conceitos, ideias ou reações, influenciando a realidade concreta e determinando padrões de comportamento diante de certos estímulos. Ocorrendo um fenômeno como este em toda uma coletividade, todo o manancial de irracionalidade pode vir à tona coletivamente, podendo provocar reações imprevisíveis e de grandes repercussões, alterando o rumo da história (LE GOFF, 1984; LE GOFF, 1999).

A demonização da mulher

Historicamente a mulher personifica um mal poderoso, um prazer sinistro, venenoso e enganador, que introduziu na terra o pecado e, junto com ele, a desgraça e a morte.

Desde sempre a veneração do homem em relação à mulher foi contrabalançada pelo medo que ele sentiu em relação à figura feminina, particularmente nas sociedades patriarcais (MEDEIROS, 2009, p.152-153).

Com a criação do Tribunal do Santo Ofício no século XIII, a mulher tornou-se uma das vítimas favoritas dos arbitrários processos daquela instituição. Nas áreas rurais da Europa, muitas mulheres desenvolveram habilidades para curar doenças por meio do uso de ervas, sem falar nos sortilégios praticados sob encomenda da população local. Geralmente, esses sortilégios visavam a unir ou afastar casais, curar pessoas ou animais, adoecer ou matar. A mesma população que recorria aos serviços dessas mulheres denunciava-as ao Santo Ofício, pois seu modo de agir estimulava a delação anônima e acolhia todas as calúnias e absurdos contra os delatados.

Após a prisão, a vítima era interrogada para confessar seus delitos e aí entrava a misoginia dos clérigos que, ao que tudo indica, era fruto de uma sexualidade reprimida, transmutada em frustração, sadismo e covardia. Havia um componente erótico e pervertido na obsessão do clero pelo aspecto sexual da conduta das supostas feiticeiras: sua presença no sabá, os filtros de amor, feitiços para provocar impotência etc. Os clérigos tinham também uma curiosidade mórbida pelo corpo feminino, o que explica o desnudamento das vítimas e as torturas infligidas a pontos estratégicos de seus corpos.

Como escreveu Duby (1989, p. 12-17), a mulher medieval seria a “parte oculta” da sociedade masculina que a desconhecia e, por isso, a temia e desprezava concomitantemente. Aquele ser perverso, naquele contexto, era criado para a submissão ao homem, principalmente por meio do casamento, para o qual era encaminhado desde cedo. Afinal, o casamento estava encerrado “numa estrutura de ritos e interditos [...], entre o puro e o impuro”. Por meio dele, a tenebrosa e perigosa sexualidade seria regulamentada socialmente e também no âmbito sobrenatural, já que, por influência da Igreja, o casamento serviria para moderar as pulsões da carne, reprimindo o mal e contendo as “irrupções da sexualidade”. Como as mulheres teriam a tendência ao desregramento e à concupiscência, seria necessário vigiá-las para que fossem mantidas a virgindade das solteiras e a fidelidade das casadas, sob o risco de se conspirar a família e comprometer a herança por meio de bastardos.

Felipe de Novare afirmou no século XIII: “mulheres foram feitas para obedecer”; a mulher não deveria receber instrução, mas sim dominar prendas domésticas, ser modesta e recatada, pois, no âmbito doméstico, era mais fácil controlar as artimanhas femininas (GONÇALVES, 2009, p. 4-5).

Normalmente retratada como ciumenta das suas rivais e abrasivamente loquaz, a mulher era ainda criticada por ser uma compulsiva e egoísta, consumista, frívola, dissimulada e imbecil para o conhecimento e entendimento das coisas superiores (FONSECA, P. [s. d.], p. 2).

As características ascéticas e monásticas da Igreja medieval desprezavam o mundo e, conseqüentemente, a união dos sexos, infelizmente necessária à procriação. Assim, o

intercurso carnal seria inevitável para esse fim, mas não deveria ser fonte de prazer baixo, diabólico, pois o sexo poderia corromper a humanidade. A Igreja pretendia “amansar” o desejo e transformar o casamento em uma metáfora da aliança entre Cristo e sua Igreja, em uma troca espiritual. Por isso, a Igreja estendia os ritos da cerimônia de casamento até o leito nupcial, a fim de expulsar o satânico e conservar os cônjuges na castidade. Da mesma forma como a sociedade feudal estava dividida em três ordens, de acordo com os desígnios de Deus, havia também uma hierarquia ternária de atitudes ligadas ao sexo: virgindade, continência e fornicção (DUBY, 1989, p. 18-20).

A Igreja Católica precisou lutar muito pela preservação do celibato clerical e combater o nicolaísmo, pois apesar do pensamento corrente de que para os clérigos o casamento também seria um mal menor, um bálsamo contra a fornicção, por outro lado acreditava-se que quem consagrava a hóstia não deveria possuir uma mulher. Isso levaria algumas seitas heréticas a considerar toda a procriação como um mal, tal como Raul Ardent, para quem “é tão grande crime possuir a sua mulher quanto a sua mãe ou filha” (DUBY, 1989, p. 23), ou como Santo Anselmo, para quem “o marido ardente prostitui a própria esposa”. O casamento, nos padrões medievais, não devia ser situação propícia ao desejo frívolo, mas sério, apenas comprometido com a reprodução, as estruturas sociais e econômicas (DUBY, 1989, p. 37).

Michelet escreveu que no mundo pagão a mulher sempre ocupou posição de destaque nos mistérios e no contato com a natureza. “A feiticeira é oriunda de antigos sistemas agrícolas com tendência matriarcal, nos quais a mulher, além de cultivar a terra, era também sacerdotisa de cultos lunares” (MEDEIROS, 2009, p. 130). Enquanto as camadas privilegiadas da sociedade tinham médicos a quem recorrer, o povo da área rural recorria à mulher. Para Michelet, muitas vítimas dos processos inquisitoriais eram jovens e belas, contrariando nossa visão tradicional e quase folclórica da feiticeira velha e feia. Nesse caso, haveria um fator de inveja nas delações (MICHELET, 1992, p. 31).

O fato é que o cristianismo não conseguiu acabar com os cultos pagãos, sobretudo nas áreas rurais da Europa (MICHELET, 1992, p. 45), e a mulher seria uma espécie de depositária dessas tradições, além de ser dotada de muita imaginação. A pressão da Igreja gerava um universo onírico semelhante à possessão (MICHELET, 1992, p. 78). Todos procuravam a feiticeira, pedindo-lhe a vida, a morte, remédios, filtros amorosos e contato com os mortos. Numa sociedade na qual o casamento não insuflava amor nem desejo, muitos a procuravam para obter filtros excitantes para amores clandestinos, como, por exemplo, entre uma dama e um pajem (MICHELET, 1992, p. 114-119). Isso humilhava a dama diante da feiticeira, colocando-a sob sua dependência.

O sabá seria não apenas resquício do paganismo, mas também uma reunião de revoltados contra a ordem social. A missa negra faria parte da decadência da Igreja no século XIV, durante o Cativo de Avinhão (MICHELET, 1992, p. 122), representando a desesperança num momento de valorização da Virgem. O sabá seria a “redenção de Eva” (MICHELET, 1992, p. 124).

Segundo Gonzaga, professor de Direito Penal, no século XII houve forte eclosão da espiritualidade popular e crença na presença ostensiva do sobrenatural entre os humanos

(GONZAGA, 1994, p. 161). Muitas bruxas seriam mulheres histéricas, loucas, desequilibradas, sensíveis ou sugestionáveis pelo ambiente em que viviam (GONZAGA, 1994, p. 163) e, apoiando-se em Alexander Selesnick, afirma que mulheres perturbadas acabavam confessando suas supostas aberrações aos inquisidores, tal como na atualidade alguns se imaginam criminosos procurados devido à influência da mídia (GONZAGA, 1994, p. 168). De acordo com o *Malleus*, a insensibilidade à dor das agulhas e ideia de que elas esconderiam objetos nas partes íntimas levariam os peritos a despirem-nas e rasparem todos os pelos do corpo (voyeurismo), tal como hoje é feito nos presídios (GONZAGA, 1994, p. 169), afinal, a nudez pode ser vista como punição pelo pecado: Adão, Eva e Noé (LE GOFF, 1994, v. 2, p. 120).

Interessante é a associação da negatividade feminina ao mito de Lilith. O estudioso do assunto, Roberto Sicuteri, afirma que, de acordo com tradições sumério-acadianas e comentários rabínicos que acabaram não integrando a versão do Gênesis que chegou até nós, Lilith teria sido a primeira mulher de Adão, antes de Eva, e, diferentemente desta última, foi criada independentemente do homem, sendo expulsa do Éden por discordar da submissão ao homem e, depois, aliou-se aos anjos caídos. O que nos interessa aqui é esse mito enquanto modelo arquetípico de mulher fatal e suas implicações na imagem negativa que se formou na Idade Média. A hostilidade contra os conflitos sexuais fez os homens perseguirem algumas mulheres por causa de sua periculosidade após o Ano Mil, mas o que está em questão é a aversão masculina à “força instintiva”. Há apoio nos livros de Eclesiastes e Provérbios (7:25-27), bem como no *Malleus*. As bruxas atuariam como prostitutas do diabo, posto que a mulher é mais carnal do que o homem (SICUTERI, 1985, p. 111-114). Na Idade Média, a *vagina dentata* aparece como metáfora para o “portão do inferno” (FONSECA, P. [s. d.], p. 5).

A beleza física não vai além da pele. Se os homens vissem o que está sob a pele, a visão das mulheres lhes viraria o estômago. Quando nem sequer podemos tocar com a ponta dos dedos um cuspe ou esterco, como podemos desejar abraçar esse saco de excremento (Abade de Cluny, século X).

Também o corpo feminino, com suas especificidades fisiológicas era motivo de repulsa. Na obra *Etymologiae*, de Isidoro de Sevilha, é comentado “o poder destrutivo, malféfico e monstruoso do mênstruo”. O papa Inocêncio III, seguindo essa ideia no livro *De miseria conditionis humanae*, afirmou que esse poder provocaria doenças no homem, morte das plantas, loucura nos cães e ferrugem (FONSECA, P. [s. d.], p. 4).

A respeito da lenda de Lilith, pode-se afirmar que, simbolicamente, o matrimônio patriarcal adâmico, no qual o homem domina e a mulher se submete, impede-a de ser ela mesma. “Para crescer e se desenvolver psicologicamente, uma mulher precisa integrar as qualidades de liberdade, movimento e instintividade de Lilith” (KOLTUV, s/d, p. 41). Em uma lenda hebraica, após a sublevação de Lilith, Deus decidiu criar uma mulher submissa; mesmo assim, com tanto zêlo, a mulher ainda tem os defeitos que Deus pretendia evitar (KOLTUV, s/d, p. 88).

Outra questão é a da luxúria ligada à prostituição, que remonta à abertura dos olhos humanos para a própria nudez após a queda, quando sua genitália passou a agir

por conta própria de forma concupiscente. Havia a condenação da prostituição no Antigo Testamento, bem como dos adornos feitos para atrair homens. Na cidade medieval, havia redutos para prostitutas, assim como para os leprosos (luz vermelha), a *aiguillette*. Aliás, ninguém ficava nu para o amor, exceto os hereges, os sodomitas e as prostitutas (FONSECA, K., 2011, p. 4-6), e os lupanares permitiam que os jovens afirmassem sua masculinidade sem cair na homossexualidade e sem aproximar-se de moças decentes. A literatura medieval, inclusive, tem muitos exemplos de mulheres fantásticas que seduziriam os homens com sua nudez e promiscuidade. No *Roman d'Alexandre*, o próprio Alexandre Magno teria se envolvido com esse tipo de mulher impudica em suas perambulações pelo misterioso e longínquo Oriente (CUSTÓDIO, 2006, p. 135-137).

Para Sicuteri, a bruxa medieval teria sua origem na Antiguidade, em Hécate, Artêmis-Diana e Herodiade, e nos primeiros séculos da Idade Média, não houve significativa preocupação com sua existência, tanto que o *Canon Episcopi* foi a primeira tentativa de negar a bruxaria. Mais tarde, a Igreja celibatária criou o arquétipo da Mãe protetora e salvadora. Assim, a existência das bruxas não foi impedida a fim de valorizar estrategicamente o Bem e a Igreja (SICUTERI, 1985, p. 115-116), tal como afirmou Nogueira, a “pedagogia do medo” (NOGUEIRA, 1986).

Para Nogueira, em “O Nascimento da Bruxaria”, a bruxa que aterrorizou a Europa na Modernidade era diferente daquela da Antiguidade Clássica e sua origem está ligada à demonologia construída pela Igreja, a diabolização da mulher e o temor de um apocalipse iminente no fim da Idade Média (NOGUEIRA, 1995, p. 12-13). A “sistematização doutrinária e homogeneização” das crenças e procedimentos relacionados à bruxaria ocorreram entre os séculos XII e XIII para depois agir de forma contundente (NOGUEIRA, 1995, p. 19). A feitiçaria erótica grega influenciou a concepção medieval, mas transpôs a antiga negatividade ética para tornar-se participante do Mal cósmico (NOGUEIRA, 1995, p. 34-36). Haveria uma dicotomia, que diz respeito à carne e ao espírito, com origem no patriarcalismo judaico e teorias filosóficas da Grécia Antiga de desapego à sensualidade (platonismo) e rejeição à carne (GONÇALVES, 2009, p. 5).

A misoginia, assim, existiu no mundo clássico (Pandora, por exemplo) e mesmo no Velho Testamento, até chegar à cristandade medieval. Haveria então uma possível continuidade: mulher como sacerdotisa em cultos ctônicos e lunares (NOGUEIRA, 1995, p. 40), entretanto, na Idade Média, a mulher surge como repositória de um enigma ancestral enriquecido por teólogos, sendo cristalizada como paradigma satânico: a bruxa (NOGUEIRA, 1995, p. 69, 77-78). Satã, por sua vez, aparece como símbolo tanto do apetite intelectual quanto sexual, sedutor (belo) ou perseguidor (feio e aterrador), sendo comum sua aparição como uma bela jovem ou um belo rapaz (súcubo e íncubo) (LE GOFF, 1994, v. 1, p. 201-202) e a mulher, sua discípula, surge como “pior encarnação do Mal nas formas de tentação diabólica” (LE GOFF, 1994, v. 2, p. 42).

Sicuteri, apoia-se em E. Jones, que, em “A psicanálise do íncubo”, afirma ter havido um terror coletivo, “basilar medo humano de incapacidade ou insucesso no plano sexual” (SICUTERI, 1985, p.117). Igualmente, citando Herbert Haag, Sicuteri aponta que supostas orgias e perversidades das bruxas ofereciam aos padres certa satisfação substitutiva e compensatória para uma sexualidade que lhes era interdita (SICUTERI, 1985, p. 133).

Separados destas por um celibato solidamente estendido a todos, a partir do século XI, os clérigos nada sabem sobre as mulheres. [...] Detentores da alta cultura clerical, a ideia da mulher obceca os homens da igreja. A obsessão cria o movimento de repulsa (SANTOS, 2006, p. 69).

No prefácio da edição brasileira do *Malleus Maleficarum*, o psiquiatra Carlos Amadeu B. Buyington afirma sobre os clérigos que perseguiram mulheres sob acusação de bruxaria: “Sua psicose expressava a projeção de sua sombra (seus complexos inconscientes)”, para tanto, “ao endear sua megalomania paranoide, repudiaram toda a fundamentação humanista da cultura ocidental” (*apud* KRAMER; SPRENGER, 1993, p. 22). Em razão disso, esses clérigos adotaram “procedimentos tarados [...] que incluíam o voyeurismo e o sadismo” (*apud* KRAMER; SPRENGER, 1993, p. 34), já que para eles a mulher projetava os arquétipos reprimidos da Grande Mãe e da anima (*apud* KRAMER; SPRENGER, 1993, p. 38).

A patrística cristalizou uma visão antagonônica entre carne e espírito ligada ao gênero: homem elevado e espiritual, mulher carnal, “porta do diabo”. Os próprios movimentos monacais fomentaram a negação da carne e o antifeminismo (GONÇALVES, 2009, p. 6). “Logo no início do cristianismo [...] elas [as mulheres] não podiam, entretanto, tomar parte do culto senão a título secundário”, ou seja, no papel de diaconisas (SANTOS, 2006, p. 60).

Conforme São Jerônimo, o corpo do homem reflete a alma, mas a mulher é inferior, criada a partir dele, frágil e suscetível aos apelos da carne (NOGUEIRA, 1995, p.78-79). “Numa religião em que a carne é maldita, a mulher se apresenta como a mais terrível tentação do demônio”. Para São João Crisóstomo, “em meio a todos os animais selvagens não se encontra nenhum mais nocivo do que a mulher” (SANTOS, 2006, p. 60). Nesse contexto tão adverso, a Virgem Maria teria sido uma mulher excepcional que negou sua sexualidade. Nesse caso, o amor cortês seria extremamente meritório, posto que distante, sem sexo (NOGUEIRA, 1995, p.79-80). Por outro lado, esse amor surge como autonomia dos sentimentos e antimatrimonial (LE GOFF, 1994, v. 2, p. 117).

O pensamento misógino medieval fazia tudo para ressaltar a malignidade natural da fêmea e sua predestinação para o Mal (NOGUEIRA, 1995, p. 80), tanto que na maioria das línguas ocidentais as palavras que definem o poder de atração da mulher sobre o homem têm conexão com o universo da feitiçaria (NOGUEIRA, 1995, p. 83).

Interessante, mas um tanto questionável, é a ideia defendida por Jean Palou, para quem “a feitiçaria é filha da miséria. É a esperança dos revoltados. É o fruto da revolta amaldiçoado pela Igreja e pelo Poder” (PALOU, 1988, p. 7). Dessa forma, seria um protesto contra a Igreja dominante (Católica ou Protestante), fruto de guerras, crises sociais, catástrofes, doenças (PALOU, 1988, p. 8), ou resquício de religiões antigas que o cristianismo não eliminou, enfim, “contrafação satírica da liturgia católica, ironia suprema e inconsciente de seguidores de religiões desaparecidas diante da religião dominante”. O sabá seria então uma “revolta social”, “paródia do catolicismo e invocação aos deuses mortos” (PALOU, 1988, p. 11).

Sobre o papel preponderante da mulher na feitiçaria, Palou afirma que nos lares camponeses, a mulher é muito mais infeliz do que o homem. Nesse caso, “as perturbações biológicas fazem dela uma delirante pronta a todas as extravagâncias da imagi-

nação” (PALOU, 1988, p. 12). O papel das mulheres na heresia cátara e as beguinas, de fato, mostram sua insatisfação. Mulheres camponesas trabalhavam quase como homens (LE GOFF, 1994, v. 2, p. 42). “A feiticeira é o receptáculo vivo de todos os pecados e de todas as revoltas. Daí se compreende que a tenham condenado tanto esses monges castos, escandalizados com a sua nudez, onde procuravam a marca de seu senhor, o diabo” (PALOU, 1988, p. 13).

Foi no século XIII que surgiram, de uma só vez, em seus flancos (da Igreja), as heresias orientais e o celibato eclesiástico se tornou geral. Observa-se, então, simultaneamente, uma reação defensiva contra o perigo externo e ofensiva em face da obsessão pelo Mal que a feitiçaria representa em seu mais alto grau, naquilo que contém de erótico e de exaltação pagã” (PALOU, 1988, p. 37).

Em suas pesquisas, Carlo Ginsburg tentou encontrar possíveis origens do sabá das feiticeiras em rituais pagãos pré-cristãos que o cristianismo não apagou. Citando K. Thomas: “por intermédio do simbolismo do sabá, essa sociedade formulava em negativo os próprios valores; a explosão da sexualidade feminina nas orgias diabólicas, uma exortação à castidade” (*apud* GUINSBURG, 1991, p. 15). Para M. Murray, pesquisadora citada por Ginsburg, as narrativas de caráter alucinatório que as bruxas faziam aos inquisidores eram baseadas nos ritos pagãos verdadeiros (GUINSBURG, 1991, p. 18).

O *Canon Episcopi* apresenta as bruxas como seguidoras de Diana ou Herodiade na garupa de animais, e também seria chamada Fortuna, Abundia, Satia, Richella ou Oriente (GUINSBURG, 1991, p. 98-100). Além disso, textos a partir do século XI tratam da aparição do “exército furioso” liderado por personagens míticas masculinas (Herlechinus, Wotan, Odin, Artur) ou femininas (Berchtholda, Perchta ou Diana). “Cortejo de mulheres extáticas guiadas por figuras femininas manifestavam-se quase sempre por meio de êxtases que se repetiam com regularidade” (GUINSBURG, 1991, p.108-109).

Entre as bruxas escocesas houve relatos de viagens extáticas lideradas por fadas (nos séculos XVI e XVII, fora portanto do presente estudo, mas relevantes para o tema), entre elas Morgan Le Fay, irmã do rei Artur e reencarnação tardia de duas deusas célticas: a irlandesa Morrigan e a galesa Modron. “Testemunhos provenientes de um extremo a outro da Europa, num intervalo de tempo mais que milenar, fizeram emergir os traços de uma religião extática com predominância feminina, dominada por uma deusa de muitos nomes” (GUINSBURG, 1991, p. 115-119). Embora fora do período aqui estudado, na Moldávia do século XVII, mulheres entravam em êxtase no Pentecostes e afirmavam depois terem conversado com Deus, com os santos, com os mortos e os vivos (GUINSBURG, 1991, p. 172).

Possibilidade de salvação

O lado positivo, até contraditório, apresenta a mulher como candidata à salvação, tendo muito mais a superar para obtê-la e, por isso, o processo seria mais meritório. A mulher aparece como esposa de Cristo, podendo superar suas tendências e ser santa (GONÇALVES, s/d, p. 6). A pedagogia da salvação feminina se dá a partir de três modelos: Eva (pe-

cadora), Maria (modelo de perfeição e santidade) e Maria Madalena (pecadora arrependida), a partir do século XI. Eva seria a mãe de todos os que morrem pela natureza; Maria seria a mãe de toda a humanidade que vive pela graça de Deus (VENTORIN, 2005, p. 4). A mulher deveria ser controlada para manter a castidade até o casamento ou se tornar esposa de Cristo, assim, Eva, a mulher real, poderia se aproximar de Maria, mulher ideal (VENTORIN, 2005, p. 4). Como Maria era um ideal inatingível pela mulher comum, Maria Madalena mostrava que a salvação para uma vida cheia de pecados era possível (VENTORIN, 2005, p. 5).

Havia a crença na existência dos restos mortais de Maria Madalena em Vézelay, após ela ter ido em vida para a França, pelo porto de Marselha (VENTORIN, 2005, p. 5). Encontra-se aí um paralelo com Maria Egípcíaca, retratada na *Legenda Aurea*, e existiam três relatos bíblicos sobre Maria Madalena, até que Gregório, o Grande, afirmou a veracidade de apenas uma, no século VI (VENTORIN, 2005, p. 6).

Algumas exceções à regra

Como contraposição ao que foi afirmado até agora, é muito valioso o estudo de Régine Pernoud, reforçado por outros autores, a respeito de alguns “mitos” sobre a Idade Média, entre eles, o exagero em torno da opressão feminina. Sem negá-la, a pesquisadora ressalta algumas características de autonomia que coexistiram com a opressão.

Ela (a mulher) não exerce já influência clandestinamente, e principalmente encontra-se excluída de todas as funções políticas ou administrativas. Ela é mesmo tida, e isto sobretudo nos países latinos, como incapaz de reinar, de suceder no feudo ou no domínio, e no nosso Código, de exercer qualquer direito sobre os seus bens pessoais (PERNOUD, 1978, p. 90).

Não obstante, Régine Pernoud enfatiza que a Igreja protegeu o direito à escolha do noivo e não é verdade que só no século XV a mulher passou a ter alma, pois não receberia Eucaristia e batismo se não tivesse. Da mesma forma, algumas abadessas eram autênticas senhoras feudais, além de tão instruídas como os demais clérigos da sua posição (PERNOUD, 1978, p. 94-95). Há registros de mulheres votando nas assembleias urbanas e comunas rurais. Nos atos notariais aparecem mulheres casadas abrindo comércio sem autorização dos maridos e nos registros de recebedores (derramas) há mulheres com profissões diversas (PERNOUD, 1978, p. 100-101).

Hilário Franco Jr. corrobora essa visão sobre a valorização da mulher desde o século XII, expressa também pelo culto à Virgem e pela literatura cortês. Nas instituições urbanas passava-se a reconhecer à mulher o direito a uma parte substancial dos bens do marido. No Sul europeu aceitava-se sua participação na vida política. Em Paris, no fim do século XIII, elas estavam presentes em cinco ofícios exclusivos e na maioria dos demais. No jogo de xadrez, em fins do século XIII, uma peça do senescal é substituída pela rainha, cuja atuação aumenta até o século XV, numa imitação do jogo social (FRANCO JR, 1994, p. 81-82). Mulheres nobres cuidavam da tecelagem nos gineceus e havia damas reais ou fictícias com poder e destaque. Em alguns períodos específicos, como a época dos trova-

dores, o reinado dos carolíngios, as Cruzadas e a Reconquista, a situação da mulher teria melhorado (LE GOFF, 1994, v. 2, p. 44)

Considerações finais

A visão que se tinha da mulher durante a Idade Média era predominantemente negativa, cujas raízes muito antigas e diversas foram moldadas à interpretação teológica dos clérigos, que colocavam a humanidade no meio de uma batalha universal, na qual o inimigo de Deus usava a mulher para espalhar sua obra de perdição. Por esse motivo e por heranças multiculturais, a mulher foi vinculada às artes mágicas e a cultos pagãos demoníacos. Como consequência, socialmente a mulher ocupou geralmente um papel secundário, subordinada ao homem, recalçada e em silêncio.

Mesmo assim, a despeito desse quadro tão tenebroso, a própria Igreja, responsável majoritária pela misoginia daquela sociedade, acreditava na possibilidade de redenção da mulher e, assim, não a excluiu dos sacramentos, da liturgia, nem tampouco da sociedade propriamente dita, que, aliás, mal ou bem dependia dela para subsistir. Como a vida social é dinâmica e repleta de contradições, nada disso impediu a afirmação das mulheres em determinados contextos, e algumas até se destacaram para a posteridade, como Leonor da Aquitânia, Maria de Champagne, Cristina de Pisan e Branca de Castela. A apreensão dessa realidade tão multifacetada precisa ser feita com muita cautela, crítica, documentação criteriosamente estudada e isenta de estereótipos, a fim de garantir aquilo que é, em última análise, o escopo do historiador: compreender a realidade da maneira mais objetiva possível.

30

Referências

CUSTÓDIO, P. P. **Alexandre Magno, aspectos de um mito de longa duração**. São Paulo: Annablume, 2006.

DUBY, G. **Idade Média, idade dos homens, do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FONSECA, K. C. **Misoginia e prostituição feminina medieval**, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/VAiWmD>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

FONSECA, P. L. **Fontes literárias da difamação e da defesa da mulher na Idade Média: referências obrigatórias**, [s. d.]. Disponível em: <<http://bit.ly/PcXwvY>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

FRANCO JR., H. **Idade Média, nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GONÇALVES, F. S. O clericalismo medieval na literatura: a cópula do feminino e o diabólico, um vislumbre da Imagem Precursora da Bruxa em “A Demanda do Santo Graal”. **Veredas da História**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/T3Q1mh>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

GONZAGA, J. B. **A Inquisição em seu mundo**. São Paulo: Saraiva, 1994.

GUINZBURG, C. **História noturna: decifrando o sabá**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

- KOLTUV, B. B. **O livro de Lilith**. São Paulo: Cultrix, s/d.
- KRAMER, H.; SPRENGER, J. **Malleus Maleficarum**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.
- LE GOFF, J. **Reflexões sobre a história**. Lisboa: Edições 70, 1999.
- _____. (Org.). **A nova história**. Lisboa: Edições 70, 1984.
- _____. **A civilização do Ocidente Medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.
- MEDEIROS, M. M. **A construção da figura religiosa no romance de cavalaria**. Dourados: UFMS/UFMG, 2009.
- MICHELET, J. **A feiticeira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- NOGUEIRA, C. R. F. **O diabo no imaginário cristão**. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. **O nascimento da bruxaria**. São Paulo: Imaginário, 1995.
- PALOU, J. **A feitiçaria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- PERNOUD, R. **O mito da Idade Média**. Lisboa: Europa-América, 1978.
- SANTOS, G. M. C.: reflexo da opressão sofrida pela mulher na Idade Média (século: XI-XV). Brasília, 2006, 159 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arte). Instituto de Artes, Universidade de Brasília, 2006.
- SICUTERI, R. **Lilith, a lua negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- VENTORIM, E. Misoginia e santidade na Baixa Idade Média: os três modelos femininos no Livro das Maravilhas (1289) de Ramon Llull. **Mirabilia** 5, p. 193-211, jun-dez, 2005. Disponível em: <http://bit.ly/Vm7c8L>. Acesso em: 15 abr. 2012.